

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM EMBU DAS ARTES (SP): ENTRE O EMBLEMA DAS RUGOSIDADES E DO TURISMO NO CENTRO HISTÓRICO¹

Kaique Bezerra²

RESUMO

Neste estudo analisamos a relação entre patrimônio cultural e turismo no Centro Histórico do Embu das Artes, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), elucidando os desdobramentos entre preservação institucional e a refuncionalização turística. Refletimos, então, como o patrimônio torna-se mercantilizado na contemporaneidade, tomando como objeto de análise o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento Anexo, que hoje aloca o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas (MASJ), e da Feira de Artesanato, concentrados no perímetro do sítio histórico como formas valoradas pelo Iphan e Condephaat, respectivos órgãos de defesa detentores do discurso oficial de patrimônio. A pesquisa revela como o processo de patrimonialização em ambas as escalas do tombamento reduziu a representação de memórias dos povos ancestrais e de afro-brasileiros escravizados, reforçando assim discursos hegemônicos, transformando os bens culturais locais em produtos formatados para o consumo cultural em roteiros turísticos. Assim, esses bens culturais, submetidos a uma redução narrativa, expressam a produção de novas territorialidades. Compreendemos, então, que o resgate das memórias ancestrais, por meio da identificação das referências culturais com a participação social pode ser um caminho importante para o empoderamento das populações locais no direito pleno ao patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Sítio histórico; Refuncionalização turística; RMSP; Geografia.

RESUMEN

En este estudio analizamos la relación entre el patrimonio cultural y el turismo en el Centro Histórico de Embu das Artes, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), discutiendo las transformaciones entre preservación institucional y la refuncionalización turística. Reflexionamos, entonces, sobre cómo el patrimonio se mercantiliza en la actualidad, tomando como objeto de análisis el caso de la Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento Anexo, que hoy integra el Museu de Arte Sacra de los Jesuítas (MASJ) y la Feira de Artesanato, concentrados en el perímetro del sitio histórico, como formas valoradas por el Iphan y el Condephaat, organismos de defensas que detentan el discurso oficial de patrimonio. La investigación revela cómo el proceso de patrimonialización en ambas escalas de tombamento ha reducido la representación de memorias de los pueblos ancestrales y de los afrobrasileños esclavizados, reforzando así los discursos hegemónicos y transformando los bienes culturales locales en productos formateados para el consumo cultural en itinerarios turísticos. Así, estos bienes culturales, sometidos a una reducción narrativa, expresan a la producción de nuevas territorialidades. Entendemos, entonces, que el rescate de las memorias ancestrales, mediante la identificación de las referencias culturales con la participación social puede ser un camino importante para el empoderamiento de las poblaciones locales en el derecho pleno al patrimonio.

Palabras-clave: Patrimonio cultural; Sitio histórico; Refuncionalización turística; RMSP; Geografia.

¹ Neste texto apresentamos resultados parciais de um projeto de pesquisa de mestrado, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, vinculado ao Laboratório de Geografia Urbana do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Geopatri/IG-Unicamp). E-mail: bezerrakaique.br@gmail.com

Introdução

O capitalismo precisa de uma plataforma – que é urbana.
(KRENAK, 2022)

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) abriga um significativo acervo de bens culturais considerados importantes para a memória e a história do estado de São Paulo e, de modo mais abrangente, do território nacional. Destacamos aqui o Embu das Artes (SP), cuja centralidade histórica se evidencia tanto por sua arquitetura colonial no desenho urbano da cidade, quanto pela Feira de Artes, elementos que expressam a materialidade e imaterialidade simbólica dos bens culturais patrimonializados no território normado pelas ações do estado — e regido pela economia globalizada que estrutura a sociedade contemporânea.

No Centro Histórico do Embu das Artes, o patrimônio cultural reconhecido institucionalmente pelos órgãos de preservação inclui, no polígono do tombamento, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Residência Anexa e seu acervo, que hoje compõe o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas (MASJ), categorizados, respectivamente, no âmbito do patrimônio religioso e das artes sacras, tombados em 1938 (processo n. 180), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Posteriormente, em 1974 (processo n. 00336/73), a igreja também foi reconhecida pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Em 2021 (Projeto de Lei n. 918/2016), a Feira de Artes e Artesanato que acontece no terreiro da igreja foi identificada como patrimônio imaterial pelo Condephaat e pela instância municipal (Lei n. 3.272), confirmando a tendência crescente a respeito das mobilizações para o reconhecimento e o registro de bens culturais imateriais (MARINS, 2016).

O caso do Embu das Artes ilustra com nitidez as contradições sobre as representações sociais, culturais e políticas do patrimônio reforçadas pelo turismo. O Centro Histórico detém edificações do estilo colonial, e por sua vez, a Feira de Artes ocorre como um evento periódico de cunho social, cultural e economicamente organizado. Na era do capitalismo artista (LIPOVETSKY & SERROY, 2015), esses bens culturais são exemplos de formas transformadas em ícones locais do turismo para o consumo cultural (LUCHIARI, 2017).

A patrimonialização promovida pelo Iphan (SILVA, 2018) e, posteriormente, pelo Condephaat, alçou esses elementos à condição de símbolos identitários e, ao mesmo tempo, os submeteu a processos de espetacularização e mercantilização, que esvaziam seus significados primitivos às memórias do território. Portanto, é neste olhar que esta pesquisa se desdobra.

Questionamos, então, quais os desdobramentos e discursos empregados em alusão ao patrimônio cultural no período histórico da colonização e quais são seus sentidos sociais hoje? Nosso foco se refere às ações e políticas públicas, problematizando os processos decorrentes da apropriação do território a partir de suas expressões locais contemporâneas: das transformações entre a valoração patrimonial ao fomento do turismo e aos conflitos socioespaciais com a imposição de novas territorialidades.

Com ferramentas da abordagem geográfica para a reflexão do patrimônio cultural (PAES, 2024), o artigo tem como objetivo analisar a relação entre bens culturais patrimonializados e o turismo, adotando a área do tombamento institucional do Centro Histórico do Embu das Artes (SP) concebida pelo Iphan, Condephaat e a Prefeitura do Embu. Adotamos como escala espacial, o marco da patrimonialização nacional e estadual de bens culturais no território paulista e seus desdobramentos até o momento atual, entre 1938-2025.

Metodologia

A metodologia da pesquisa consiste em três complementares, sendo: I) Realização de trabalho em campo, com registro de fotografias e observações no caderno de campo; II) Análise de documentos oficiais; III) Apresentação e discussão das informações e dados obtidos.

Sítios históricos, refuncionalização turística e a produção de novas territorialidades no ambiente urbano

O patrimônio cultural foi concebido e transformado ao longo da história especialmente a partir do século XIX, quando deixou de ser um legado espontâneo ou uma memória viva das sociedades para se tornar um objeto sistematicamente preservado, institucionalizado e, muitas vezes, mercantilizado por processos de tombamento e valorização turística, conforme discorre a filósofa e urbanista F. Choay (2001).

A discussão introdutória no campo do patrimônio teve sua gênese no contexto histórico e social da Pós-Revolução Francesa, e muitos outros países tiveram influência direta das ações no que tange ao reconhecimento do patrimônio. Naquele período, o foco inicial era criar a identidade de uma nação, por meio de narrativas com base artefatos e formas espaciais pretéritas, criando, então, ideologias sobre elas (PAES, 2015). Conforme veremos mais adiante, mais de cem depois, no início do século XX, o Brasil foi atravessado pela discussão do patrimônio cultural que se intensificou gradativamente até os dias atuais (CHUVA, 2017).

O ato de identificar um patrimônio resulta de escolhas seletivas que não são neutras, mas refletem relações de poder, ideologias e interesses, inclusive vinculados à dinâmica do mercado turístico (LUCHIARI, 2005). Neste sentido, mobilizamos o conceito de *Discurso Autorizado de Patrimônio* (*Authorized Heritage Discourse [AHD]*) de Smith (2006), pois, enquanto os órgãos de preservação do patrimônio cultural detêm o discurso autorizado, o turismo atua como amplificador de suas seleções e narrativas, promovendo imagens estereotipadas de patrimônio frequentemente associadas a narrativas nacionais, homogêneas e acríticas. Essas seleções se dão majoritariamente por tomadas de decisão de especialistas do patrimônio, no corpo técnico das universidades e das instituições governamentais e raramente incluem a participação social (SMITH, 2021). Com os discursos empregados na seleção do patrimônio e suas narrativas endossadas pelo turismo, segundo Berdoulay e Paes (2008), essas escolhas resultam na produção de um discurso oficial homogêneo, configurando uma *redução narrativa* dos bens culturais selecionados nas instâncias de tombamento e proteção.

Hoje, a relação entre patrimônio e turismo revela-se marcada por tensões, visto que de um lado o turismo promove e valoriza os bens culturais locais e, por outro, transforma-os para o consumo, e por vezes, o desgasta ou esvazia seus significados sociais, históricos, culturais e ambientais. Paes (2017) analisou o fenômeno que ocorre ao patrimônio urbano e seus usos no contexto da América Latina, e afirma que o incentivo ao turismo se tornou um dogma hegemônico na apropriação planejada dos bens culturais para a comercialização e consumo cultural, acarretando processos de gentrificação.

A redução narrativa sustentada pela lógica do discurso autorizado de patrimônio se articula a “um discurso altamente contestado e que também está sempre se deslocando e alterando” (SMITH, 2021, p. 141), portanto, é dinâmico e segue em movimento. Deste modo, quando o turismo segue no encontro ao patrimônio sua apropriação tende a ser hegemônica, inclusive na simbologia das representações culturais imagéticas. Desta forma, o turismo como paradigma da sociedade atual (URRY, 1990), inserido no setor terciário — dos serviços e do comércio, atua como mediador da economia globalizada nos lugares (YÁZIGI, 2001) onde o patrimônio arquitetônico, muitas das vezes, se encontra no centro dos processos (PAES, 2015).

M. Santos (1996) contribuiu de maneira fundamental ao destacar a importância das *rugosidades* como elementos materiais e imateriais remanescentes de tempos pretéritos, que permanecem incorporados na paisagem, no território e no cotidiano social. Atualmente, essas formas são frequentemente submetidas a processos de ressignificação que as transformam em objetos de consumo cultural impulsionados pela lógica do mercado e pelas novas práticas do lazer e do turismo.

Como observa De Masi (1999) ao compreender o fenômeno da sociedade pós-industrial, o lazer e o entretenimento são também expressões das práticas de turismo, e passam então a ocupar foco central na dinâmica social e econômica, convertendo-se em vetores privilegiados da mercantilização do espaço e da cultura, na visitação e no consumo in loco.

Segundo Paes (2012), a valorização turística dos bens culturais não é um fenômeno isento de contradições: trata-se de um processo seletivo, que submete as expressões culturais e históricas a filtros institucionais e mercadológicos, definindo o que deve ser preservado e promovido, enquanto outras formas diversas das manifestações culturais vividas não são compreendidas como relevantes no campo representações da memória e da história.

Para Norra (1993, p. 14), enquanto a história se baseia no registro dos fatos históricos, a memória, como parte da subjetividade humana, necessita de espaços físicos como suporte.

Memória e história não são sinônimos. É antes tudo uma memória, diferentemente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. O movimento que começou com a escrita termina na alta fidelidade e na fita magnética. Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.

A análise dos suportes físicos da memória nos oferece uma importante abordagem complementar aos conceitos geográficos na reflexão do patrimônio cultural. Esse suporte físico é entendido por Norra como *lugar de memória*. Na dialética da memória e da história, e do patrimônio cultural e do turismo, afinal, quais fatos históricos e formas espaciais queremos nos recordar e enaltecer? Quais narrativas e representações imagéticas são promovidas e quais grupos enfrentam frequentes processos de invisibilização e esquecimento?

Segundo Norra (1993), o lugar de memória trata dos vínculos relacionados a um fato ou evento do passado que se espelha nas relações sociais do presente, envolvendo toda simbologia desde a materialidade de uma construção e um conjunto de elementos que tangibiliza o suporte físico da memória sobre o lugar. Os lugares de memória são, então, disputados. Dali emergem forças embasadas no coletivismo e no associativismo, enquanto pode também despontar conflitos entre mercado e sociedade com a intervenção do estado.

Assim, a *patrimonialização* (JEUDY, 2005), a efeito de uma *ideologia espacial* (SOTRATTI, 2016), não apenas conserva, mas também formata, simplifica e frequentemente estetiza os vestígios simbólicos do passado para adequá-los às expectativas de consumo e demanda turística, resultando em experiências muitas vezes superficiais e desvinculadas da complexidade histórica, social e espacial dos bens culturais.

Na escala mundo, conforme ocorreu em muitos assentamentos humanos em períodos remotos da história em que ocorreram intensos processos de transformação, hoje os centros históricos revelam os projetos políticos expressos na racionalidade do espaço. O planejamento territorial, que envolve as formas, hoje compreendidas mais precisamente como *formas-conteúdo* (SANTOS, 1999), se desdobra em conflitos socioespaciais onde as disputas pelo patrimônio são acirradas. A guinada do turismo (CRUZ, 2012), que nestes casos, se apropriou dos bens culturais também nos centros históricos urbanos, por meio de processos de *refuncionalização turística*, age para dinamizar a economia do território, perpetuando ideologias (LUCHIARI, 2005; PAES, 2012, 2017).

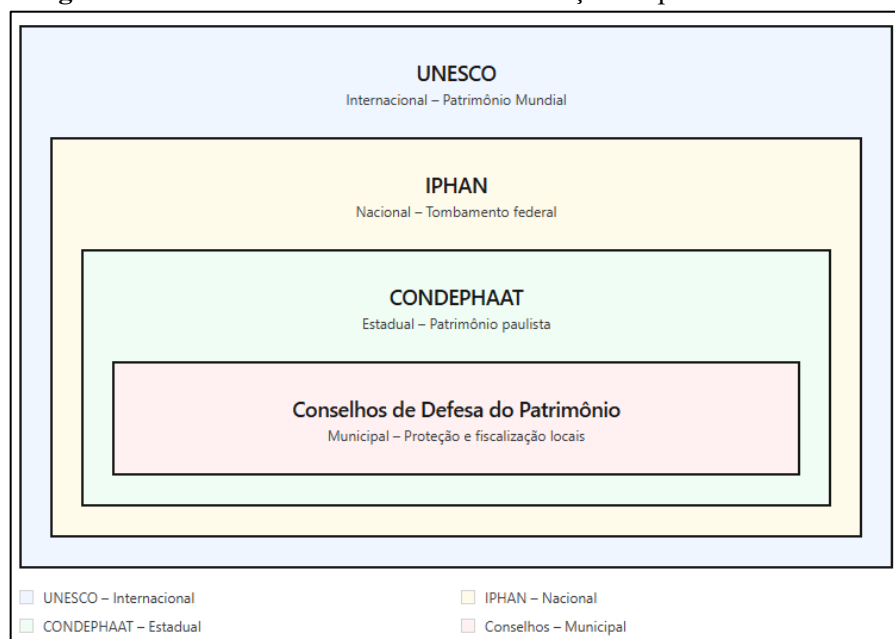
Assim, a ideologia espacial reforça as desigualdades que opera entre a subjetividade, o discurso e a materialidade. O patrimônio cultural arquitetônico identificado em sua extensão ocupa, em parcela considerável dos casos, uma centralidade histórica e espacial das cidades, e segundo Paes (2017), a incidência do turismo direcionada para a consumação do patrimônio teve seu fomento mais expressivo a partir da década de 1970, quando as políticas urbanas voltaram as atenções ao uso turístico dos bens culturais patrimonializados nas cidades.

Há algumas décadas, diversos sítios históricos no Brasil têm sido foco de importantes processos de refuncionalização turística em decorrência da patrimonialização, demonstrando assim, como a nova ordem global se apropria de bens culturais selecionados para o acúmulo do capital financeiro e econômico com a imposição de novas territorialidades (PAES, 2006).

Nesse caminho, no território nacional existem casos atravessados por processos de refuncionalização turística como os Centros Históricos de Ouro Preto (MG), Paraty (RJ) e São Luiz do Paraitinga (SP). Em comum, dada a concentração de formas espaciais simbólicas com valor histórico e cultural, essas cidades conjugam o ciclo de apropriações tombadas por etapas semelhantes em seus processos e unidas por um projeto político em prol da representação de uma nação e, posteriormente, do consumo cultural dentro das possibilidades do lazer e do turismo como novas práticas mercadológicas na (re)produção de territórios.

No que tange aos sítios históricos, entendemos que a valorização dos bens culturais não se dá simplesmente à unidade da forma, como o exemplo de uma igreja, e sim por seu conjunto paisagístico. Nos processos de tombamentos, o perímetro delimitado preserva um conjunto urbano integrado ao cotidiano social da localidade em que a forma se insere. Considerando que o Iphan predispõe de uma série de restrições direcionadas para a proteção do bem cultural, o Condephaat atua de modo semelhante. As intersecções das escalas de tombamento tendem a ser mais elásticas ou mais restritivas na lógica da seleção do que deve ser preservado, elementos previstos no ato do tombamento, conforme o diagrama a seguir.

Figura 1 – Escalas institucionais de identificação do patrimônio cultural



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Portanto, essas são as instituições que normatizam o patrimônio cultural e que, por vezes, justificam o fomento ao turismo em seus processos de tombamento (ZUSMAN, SCIFONI & WINTER, 2018). A Constituição de 1988, prevê o patrimônio cultural como direito e como objeto de preservação. Fato, então, que rebate nas políticas públicas de patrimônio. Para Rodrigues (2020, p. 87),

Mais do que instrumentos técnicos e decisões administrativas, a construção de políticas públicas implica em disputas entre segmentos sociais. Quando se trata de políticas de patrimônio cultural, estas se ampliam do campo de valores materiais para os valores simbólicos, uma vez que estão em jogo a valorização de memórias e a legitimação de lugares políticos. (...) A proteção pública ao patrimônio resulta de uma figura jurídica de aplicação exclusiva do Poder Executivo, o tombamento; ele representa o reconhecimento de valores culturais e pretende impedir a extinção física e a descaracterização de traços básicos dos bens culturais patrimonializados (...).

O primórdio das discussões institucionais do patrimônio cultural no território nacional aconteceu nos pilares do movimento modernista no início do século XX, evento que proclamou a ideologia para a unificação de uma identidade da nação com o resgate de elementos históricos e culturais do passado direcionados para a consolidação de uma narrativa hegemônica (CHUVA, 2017). O movimento modernista uniu a literatura, a arquitetura e as artes visuais como expressões de um movimento artístico de grande alcance cultural para a renovação do Brasil como território unificado com suas particularidades regionais.



Naquele período, o projeto de modernização da identidade brasileira teve M. de Andrade como um dos precursores da defesa do patrimônio cultural no Brasil. Andrade realizou o atestamento in loco de bens culturais ‘elegíveis’ para a seleção das formas que seriam, posteriormente, inseridas nos processos de tombamento. Como fruto dessas mobilizações, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Iphan, foi criado em 1937, como órgão destinado para a identificação e gestão do patrimônio cultural.

Empossado na cadeira do Sphan, Andrade (1984) realizou uma série expedições no campo do patrimônio cultural, algumas relatadas em obras publicadas, abrindo portas para um debate sobre as possibilidades para o reconhecimento do que naquela época foi valorizado como bens públicos pertencentes à nação. Teve importante protagonismo, ainda que na perspectiva atual compreendemos que foram escolhas controversas por não representar plenamente as múltiplas formas de vida. Em um olhar crítico, hoje temos novas perspectivas de caminhos a seguir a partir do que foi realizado no início da patrimonialização dos bens culturais no Brasil.

Segundo Marins (2016) e Chuva (2017), naquele período, o patrimônio de pedra e cal foi priorizado nos processos de tombamento em curso. Deste modo, para o Iphan, a materialidade das construções arquitetônicas de igrejas, fortes e casas residenciais foi fortemente privilegiada.

Nessa direção, a defesa do patrimônio cultural pelo Iphan no estado de São Paulo teve importantes desdobramentos. No ano de 1938, duas construções arquitetônicas remanescentes do período colonial foram tombadas (processo n. 180): a antiga Capela da Nossa Senhora do Rosário e a Residência Anexa e seu acervo, no Embu das Artes (SP), e a antiga Capela de São Miguel, na Zona Leste de São Paulo (SP), sendo este o marco da institucionalização do patrimônio no território paulista. Outros bens da categoria pedra e cal foram posteriormente tombados.

Assim, as políticas públicas que se voltaram para as cidades históricas alavancaram a atividade turística como um novo uso social do patrimônio histórico e cultural paulista, mais precisamente entre as décadas de 1960-1970. É válido mencionarmos que o Condephaat, apesar de trazer em sua sigla a letra T, que representa o turismo ou as atividades características do turismo (ACT), não compõe uma ação de preservação planejada e gerida nesse sentido. Há um incentivo pontual para estimular a visitação ao patrimônio, que não se aplica à totalidade da lista dos bens culturais reconhecidos, em vista dos usos específicos como escolas e residências.

A atual lista de bens culturais identificados pelo Condephaat constitui a macro classificação de patrimônio cultural e patrimônio imaterial, sendo este último, com foco no registro de manifestações culturais. Ainda, assim, visto que as discussões acerca do patrimônio

imaterial são um tanto recentes (MARINS, 2016), constatamos que a maior parcela dos bens culturais identificados faz alusão à categoria do patrimônio cultural construído.

No território paulista, hoje existem importantes centros históricos apropriados pela atividade turística com exemplos a partir da própria capital paulista como a Praça da Sé, que inclui a Igreja da Sé, o Pateo do Collegio e o bairro da Luz. Na RMSP, temos Santana de Parnaíba e o Embu das Artes. No Vale do Paraíba, São Luiz do Paraitinga (SP), e na região serrana, Cunha (SP), como exemplos de cidades empossadas de rugosidades e territorialidades que envolvem o patrimônio, notadamente o patrimônio religioso, que ora converge, ora conflita nos interesses sociais, que despontam a partir de forças endógenas e exógenas.

Patrimônio religioso é uma subcategoria de identificação para o tombamento de um bem cultural presente — de modo hegemônico — nos sítios históricos do Brasil. Como exemplo, no sentido oeste da capital paulista, o caso da Capela de Santo Antônio, em São Roque (SP) demonstra essa apropriação do patrimônio, que hoje é inserida nos roteiros turísticos para visitação no caminho das vinícolas, caso que nos leva à reflexão sobre as construções e apropriações pretéritas do território e sua manutenção embasada em arquétipos institucionais e jurídicos, ainda que não necessariamente faça parte de um conjunto urbanístico em área central.

Ainda no oeste da RMSP, encontramos a Aldeia de Carapicuíba (SP), e os sítios do Pai Inácio e do Bambu, em Cotia (SP), vestígios das marcas da história colonial e de um passado repleto de ações controversas. O conjunto urbanístico do Centro Histórico de Santana de Parnaíba (SP), está inserido em roteiros turísticos locais. Hoje, todos esses municípios encontram-se na corrida pelo turismo, o que renderia tema para outro estudo. Partimos, então, da premissa de que o patrimônio se (re)produz e resiste nos conflitos sobre o território normado.

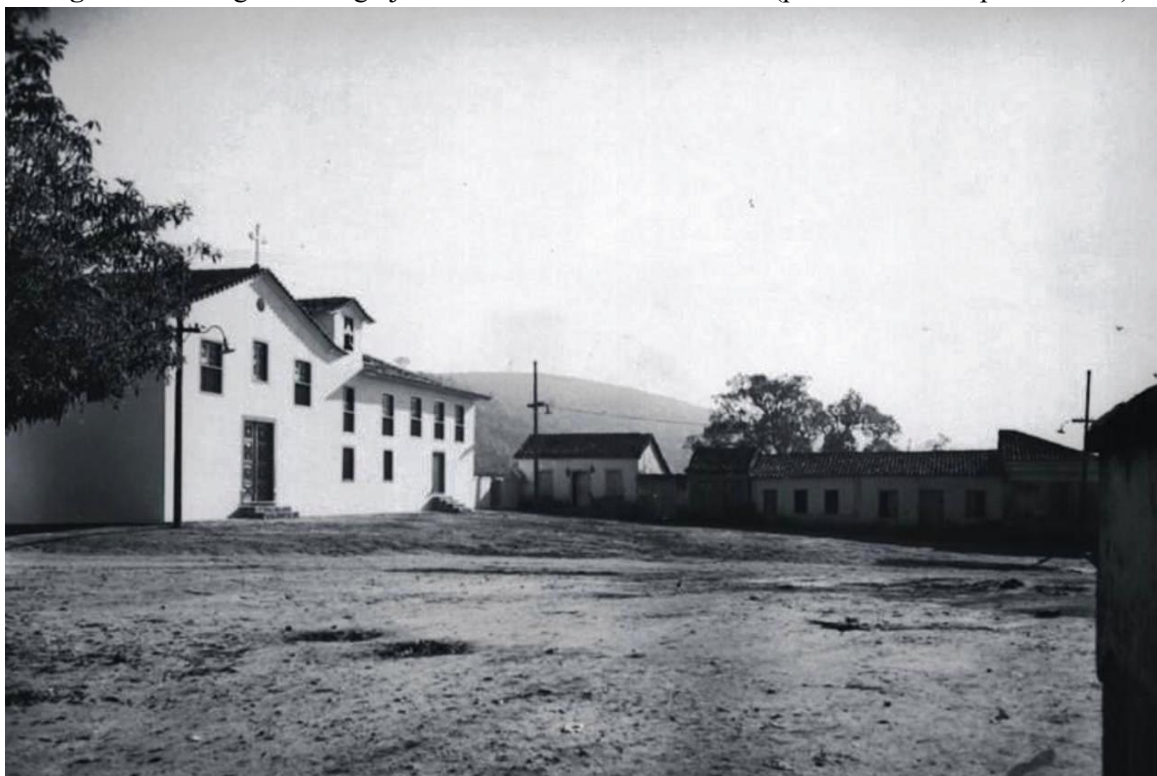
A patrimonialização de bens culturais e a corrida pelo turismo no turismo no Centro Histórico do Embu das Artes

Embu, extensa porção territorial emancipada dos municípios de Itapeverica da Serra (SP) e Cotia (SP) em 1959, foi um plano-piloto da narrativa patrimonial produzido e dado como legítimo no território paulista no final da década de 1930, com a participação hegemônica do estado e das elites e de artistas do movimento modernista.

Localizado na porção oeste da RMSP, a cerca de trinta quilômetros do Pateo do Collegio, núcleo histórico da capital paulista, o município do Embu das Artes carrega em seu nome e em sua paisagem marcas profundas da história e das contradições que permeiam as narrativas da formação territorial do Brasil.

Segundo Paes (2015), os centros históricos têm em comum a herança nominal. Deste modo, o antigo assentamento, denominado originalmente *Mboy* ou ‘rio das cobras’, remete à uma toponímia ancestral da natureza que resiste, ainda que fragilmente, aos processos contínuos de esvaziamento da memória dos povos originários e da diversidade de suas expressões culturais. O sítio histórico do Embu das Artes acumula a materialidade de distintas temporalidades e territorialidades. Suas formas coloniais como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Residência Anexa, que se destaca na paisagem na topografia elevada, Figura 2.

Figura 2 – Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (pós-reforma do Iphan - 1940)



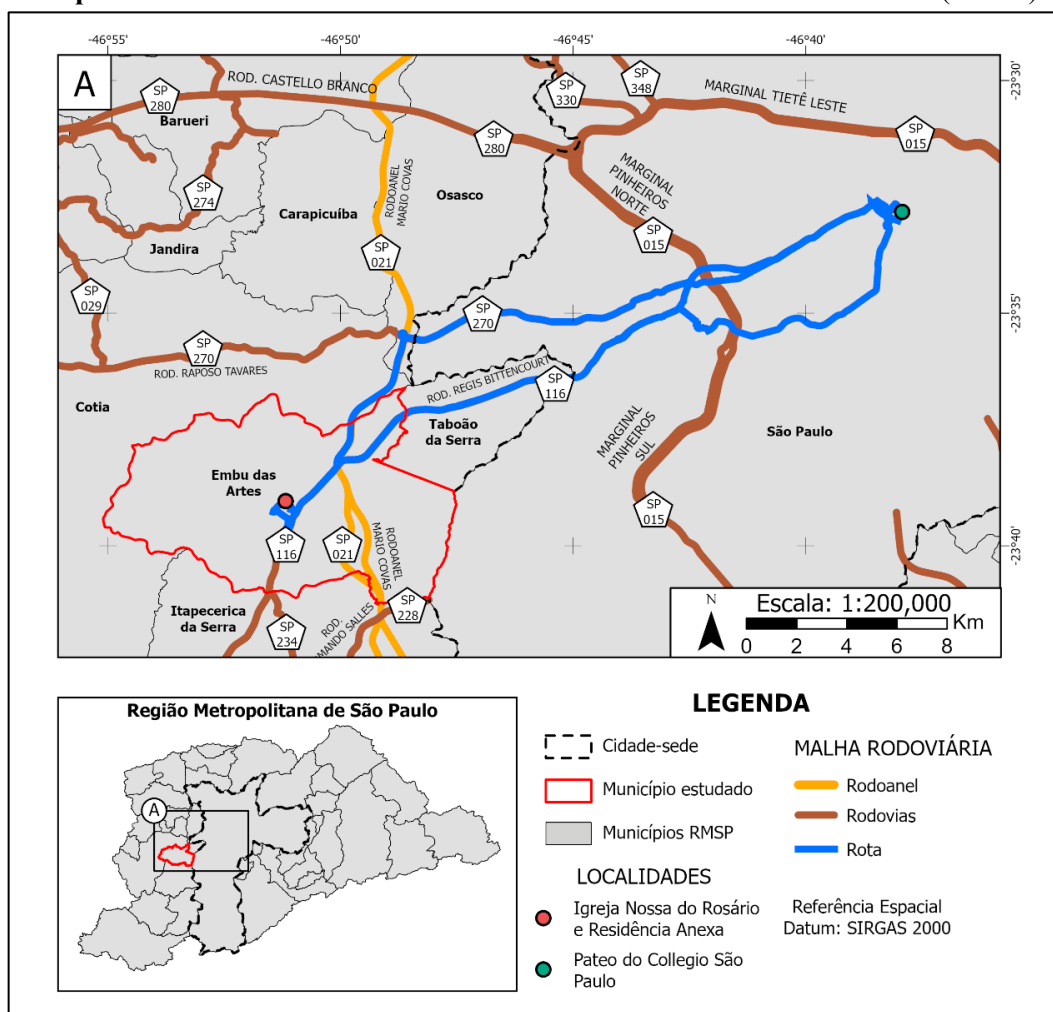
Fonte: São Paulo Antiga (on-line)

O conjunto urbanístico tombado reúne casas antigas que abrigam o comércio e espaços culturais. Por sua vez, as ruas estreitas testemunham o período em que o local integrava as rotas das bandeiras paulistas, responsáveis, sobretudo, pela ocupação do interior do território nacional, mas também por processos violentos de escravização contra povos ameríndios e africanos.

A centralidade da igreja católica no desenho urbano do Embu das Artes evidencia a dimensão simbólica da dominação colonial (MARTINS, 2007). A relação entre o Pateo do Collegio, em São Paulo (SP), e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, atual MASJ, conforme apresenta o **Mapa 1**, extrapola o campo arquitetônico: ambas são expressões materiais da catequese e da dominação cultural, social e política dos povos indígenas (SILVA, 2018).

Atualmente, os processos ainda caminham para a invisibilização e inferiorização da imagem dos povos originários nas representações culturais imagéticas. E, hoje, Mboy é um território emblemático que sobrepõe o uso turístico do patrimônio cultural à apropriação seletiva de imagens do passado colonial com ênfase nesta redução narrativa.

Mapa 1 – Patrimônio cultural e centralidade no Embu das Artes e São Paulo (RMSP)



Fonte: elaborado por Bruno Belila Rusinelli (2025)

O território de Mboy, povoado e posteriormente ampliado, como ocorreu em outras localidades, fincou as bases do território normado que hoje constitui a RMSP. O traçado de algumas antigas rotas das bandeiras paulistas transformou-se em vias modernas que carregam homenagens a nomes de bandeirantes como a rodovia Raposo Tavares, que perpetuam figuras históricas representadas como heróis, consolidando uma narrativa hegemônica da ocupação do interior do Brasil. Essas estruturas, como define Santos (2008), representam *fixos* e *fluxos*; configurando a dinâmica territorial do patrimônio e do turismo. De um lado, a permanência material das formas pretéritas, no outro, os movimentos contemporâneos de circulação e consumo (SOUZA, 2019).

Se na primeira metade do século XX, o Estado brasileiro mobilizou o patrimônio como instrumento de construção da identidade nacional, coube a Andrade o papel de selecionar os bens culturais considerados representativos da ‘nação’, reforçando um discurso pautado na valorização de um patrimônio majoritariamente colonial, construído pelo trabalho de populações indígenas e afro-brasileiras e seus saberes culturais no regime da escravidão.

Embu figura entre as localidades visitadas por Andrade, que registrou a deterioração da Igreja do Rosário e a possibilidade de trazer reformas para sua conservação. Em 1938, decidiu pelo tombamento do templo católico, e entre 1939 e 1941 foram realizadas obras de restauração — na Figura 2 temos o resultado desse procedimento. Desde então, o patrimônio tornou-se objeto de ações de preservação conduzidas pelo Iphan e, mais tarde, pelo Condephaat, criado em 1967. Devemos citar que há registros em que já se mencionava a atividade turística, particularmente em 1942, devido ao interesse de visitantes em conhecer a estrutura arquitetônica da igreja e seus artefatos (SILVA, 2021). Deste modo, o turismo não chegou repentinamente e sim com um processo conduzido.

Em 1969 ocorreu a primeira edição da Feira de Artesanato do Embu, que marcou a refuncionalização turística do sítio histórico orientado para eventos e suas manifestações culturais. Nos anos 1970, o município foi reconhecido como Estância Turística (ET), o que lhe garantiu acesso a verbas e políticas direcionadas à estruturação do turismo. A partir de então, Embu das Artes consolidou-se como polo cultural, com intensa visitação nos finais de semana e feriados. A patrimonialização, inicialmente motivada pela preservação religiosa e estética, deu lugar a uma apropriação turística orientada pela economia cultural. Em 1974, seis anos após a criação do órgão estadual de defesa do patrimônio cultural, a igreja foi novamente tombada, com a poligonal de tombamento mais restritiva na abrangência do sítio histórico do que a delimitação prevista inicialmente pelo Iphan.

Essa transformação, no entanto, não ocorreu sem contradições. A atuação do Iphan e do Condephaat manteve-se fortemente ancorada em valores eurocêntricos, reproduzindo a lógica de seleção que privilegia a estética colonial e as narrativas oficiais. Assim, o patrimônio indígena e afrodescendente foi progressivamente silenciado, reduzido a referências imagéticas ornamentais no espaço urbano, visto que há séculos ocorreu o apagamento de suas línguas.

A primeira da Feira de Artes de Embu ocorre, no período da Ditadura Militar, em um novo ciclo da organização social no terreiro da igreja. Promovida como vitrine da arte popular, tornou-se também expressão da mercantilização da cultura, particularmente no uso social do patrimônio (CANCLINI, 1999), transformando o centro histórico em cenário de consumo e espetáculo.

A paisagem, cuidadosamente estetizada, com ruas de pedra, fachadas coloridas e música ao vivo fazem parte da dinâmica que, na prática, reproduz a lógica de mercadoria e espetacularização do patrimônio. O processo de tombamento da igreja revela uma narrativa centrada na valorização arquitetônica e nas figuras eclesiais:

A Igreja Nossa Senhora do Rosário foi construída no início do século XVIII pelo padre Belchior de Pontes, sendo dele também a autoria da imagem do orago. Coube, posteriormente, ao padre Domingos Machado, em 1740, a construção do convento anexo. O conjunto formado pela igreja e convento, separados pela torre sineira, é destituído, em sua parte externa, de ornamentos, o que torna o seu aspecto bastante singelo. A técnica construtiva utilizada é a taipa de pilão que, devido à deterioração provocada pela ação das chuvas, teve que ser reforçada com a introdução de estrutura de concreto armado nas suas paredes. No interior da igreja, nota-se uma preocupação maior com a decoração, principalmente em relação às pinturas dos tetos da capela-mor, em caixotão, e às da sacristia, cujas figuras, neste último ambiente, denunciam a influência oriental. Possui um rico acervo de imagens sacras, entre outras peças.³

O texto do Condephaat, ao mencionar padres e técnicas construtivas como taipa de pilão, reforça uma visão institucional que associa o patrimônio à ‘ação civilizadora’ da Igreja Católica e à estética da simplicidade colonial. Essa perspectiva, contudo, negligencia dimensões sociais e simbólicas fundamentais, como a presença das irmandades negras e as práticas comunitárias associadas às igrejas do Rosário em outras regiões do Brasil. A ausência de menções ao patrimônio afrodescendente e indígena constitui uma omissão significativa que evidencia o viés do discurso oficial na identificação do patrimônio cultural.

Mesmo a valorização da autenticidade material expressa na preservação das técnicas construtivas carrega tensões. As intervenções posteriores com concreto armado, ainda que necessárias à conservação, revelam as disputas entre preservação e intervenção, entre autenticidade e adaptação. Assim, o patrimônio torna-se um campo de conflito que envolve diferentes temporalidades e interesses (BEZERRA & PAES, 2022).

A partir da década de 1970, o turismo consolidou-se como vetor de refuncionalização do centro histórico. Eventos como o Carnaval, o São João, as Luzes de Natal e as exposições artísticas reforçam a centralidade simbólica do Embu das Artes na RMSP. São manifestações que criam territorialidades e práticas que moldam o espaço.

A criação da Feira de Artesanato e o crescimento do comércio de produtos indígenas e alternativos transformaram o centro histórico em território híbrido, onde se cruzam artistas,

³ Texto retirado da base de dados on-line do Condephaat. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/>.

turistas, moradores, comerciantes e agentes do poder público e suas práticas sociais no cotidiano – desvelando novas territorialidades. Em lojas como a Yanomami, figuras 3 e 4, a representação de etnias indígenas é valorizada dentro de uma lógica mercantil. A herança indígena resiste por meio de artefatos e modos de produção artística, mas submetida à estética e às dinâmicas do consumo.

Figura 3 e 4 – Fotografia de loja de artesanatos de origem indígena



Fonte: registros do autor durante trabalho de campo (mar./2025)

Conforme Santos (1996), as rugosidades são formas do passado que persistem no presente, carregadas de significados e tensões. No caso do Embu das Artes, esses elementos materializados em edificações, caminhos e práticas culturais tornaram-se objetos de disputa simbólica e econômica. O patrimônio, antes instrumento de devoção ou sociabilidade, é hoje também um recurso turístico.

O processo de refuncionalização do centro histórico envolve tanto a preservação de formas antigas quanto a produção de novas sobreposições culturais. O terreiro da antiga igreja, hoje ocupado pela Feira de Artesanato, é o território onde se cruzam a herança colonial e as dinâmicas contemporâneas do capital. Ali, arte, religião e comércio se entrelaçam, convertendo o lugar do encontro comunitário em palco de consumo cultural.

Figura 5 – Fotografia do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas (MASJ) do Embu das Artes



Fonte: registro do autor durante trabalho de campo (set./2025)

O caso do Embu das Artes permite compreender como o patrimônio cultural pode ser simultaneamente instrumento de valorização e de exclusão. A cidade configura-se como território de resistências e de mercantilização; de celebração das artes e silenciamento das vozes indígenas e afrodescendentes. Ao mesmo tempo, a presença de moradores em situação de vulnerabilidade no entorno da feira expõe a coexistência de riqueza simbólica e pobreza material, uma contradição que marca o turismo, especialmente em centros históricos.

Hackeando o patrimônio cultural e o turismo: um olhar para a gestão coletiva

O patrimônio é um tema complexo! Segundo Ferreira (2021), o turismo é também uma ferramenta política, deste modo, o termo *hackear* é uma metáfora com base na ideia de trabalhar o envolvimento da participação social em redes. Complementamos, então, com a reflexão de que a valorização das memórias ancestrais, que até hoje são invisibilizadas, nos permite compreender a complexidade das relações socioespaciais no território o qual estamos inseridos. O que queremos salvaguardar em termos de patrimônio e o que queremos comercializar em termos de turismo? Fica a questão.

Nas manifestações do lazer, a resistência cultural da base local, da organização social comunitária deve ser estimulada (SANTOS, 2000). Também devemos fomentar ideias como o Turismo de Base Comunitária (TBC), ou o Turismo Comunitário, como gestão territorial antes de sua apropriação pelo mercado e, mesmo, pelo poder público. Vale citar que ainda não temos um museu dedicado à memória indígena e suas ancestralidades no município do Embu.

O Iphan tem mudado seu posicionamento, enxergando o patrimônio como algo vivo, hoje falamos em referências culturais, trabalhando aspectos do cotidiano na educação patrimonial. Atualmente, na cidade de São Paulo, existem coletivos que adentram o turismo com movimentos culturais com a oferta de roteiros. Por exemplo, o Diáspora Black, que emerge em uma ação *bottom-up*, invertendo a pirâmide da discussão do patrimônio.

O uso turístico do patrimônio evidencia uma dualidade concreta e simbólica entre a proteção e o esvaziamento dos sentidos originais. Compreender essas tensões é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e plurais, capazes de reconhecer a diversidade cultural sem reduzi-la ao simples consumo turístico acrítico.

O desafio que se impõe é o de reaproximar o patrimônio de suas dimensões sociais, comunitárias e simbólicas, para que Embu das Artes, de fato, represente um território de memória viva e não apenas de imagens comercializadas do passado. Podemos afirmar, que tanto a Feira de Artesanatos, quanto as lojas de artes se complementam. Hoje, todos esses elementos estão inseridos em roteiros turísticos comercializados. Diante do exposto, precisamos empoderar e trazer a população para a discussão e tomada de decisão no campo do patrimônio.

Considerações finais

Atualmente, a proteção do patrimônio cultural encontra na promoção do turismo uma justificativa recorrente para a identificação de bens culturais por órgãos preservacionistas. Ao adotar Embu das Artes como foco de nossas análises, nossa contribuição reflete o uso turístico planejado dos bens culturais no âmbito das ações institucionais.

O discurso autorizado presente na atuação dos órgãos preservacionistas revela que o patrimônio de Embu das Artes reflete as decisões que, por muito tempo, foram o foco do Iphan em tombar o patrimônio de cal e pedra, desconsiderando outras formas materiais de expressões culturais dos grupos formadores do território nacional. O território de Mboy, atual município de Embu das Artes, apresenta aspectos da história e da memória, particularmente o que o Iphan e o Condephaat determinam sobre qual lado da história deve ser representado e selecionado para as práticas patrimoniais e, em um segundo momento, a corrida pelo turismo.

Mais recentemente, a Feira de Artes emerge como um patrimônio imaterial, mas também como uma vitrine que reforça estereótipos culturais e atende mais às demandas do mercado do que às necessidades da comunidade local, que vê a cultura local apropriada e reconfigurada por interesses externos. A Feira de Artes e as lojas com produtos de origem indígena nos mostra: por mais que tenhamos um histórico de invisibilização dos povos ancestrais nas narrativas empregadas ao patrimônio, reforçadas pelo turismo, o ofício artístico é uma herança ancestral indígena que ainda se mostra presente e resistente, mas não sem ajustes culturais. A tendência a criação de eventos de entretenimento é consequência dos fenômenos da manutenção das práticas patrimoniais.

Com o avanço do neoliberalismo e os investimentos na estruturação da atividade turística nas escalas local, estadual e nacional, o patrimônio cultural entrou nos roteiros de visitação, privilegiado por seus elementos culturais e históricos. Contudo, as narrativas empregadas e as escolhas dos órgãos de preservação e do planejamento institucional do turismo revelam processos de invisibilização de populações que construíram e vivenciaram cotidianamente aquele patrimônio: os povos indígenas, negros e as mulheres, grupos que tradicionalmente, no âmbito da história, são considerados minorizados socialmente.

A igreja como instituição secular atuou como um dos agentes mais influentes da história do território, condicionando hábitos e símbolos em uma estrutura determinante da vida social. No terreiro da igreja, houve a movimentação de artistas plásticos, pintores e vendedores de antiguidades. Na RMSJ precisamos avançar mais na identificação das referências culturais locais, visto que o MASJ, hoje, atua na manutenção do discurso autorizado de patrimônio.

Por fim, consideramos que centros históricos são territórios em disputa, seja pela expulsão planejada ou pelos conflitos socioespaciais que se desdobram por meio de forças internas e externas. E a pergunta que fica: quem financia tudo isso? Compreendemos, então, que a força do patrimônio cultural e o resgate das memórias plurais, por meio da identificação das referências culturais e a participação social, pode ser um caminho importante para o empoderamento das populações locais e o avanço da justiça socioterritorial.

Referências

ANDRADE, M. **Aspectos das artes plásticas no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. p. 73-92.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Base de dados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado diversas vezes entre 2022 e 2025.

BERDOULAY, V. PAES, M. T. D. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. **Revista Cidades**, Presidente Prudente (SP), v. 5, n. 7, 33-47, 2008.

BEZERRA, K. PAES, M. T. D. Geografia, turismo e patrimônio cultural: a contribuição de alguns conceitos miltonianos à análise. In: **Anais do evento em comemoração dos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp**. Campinas (SP), IG-UNICAMP, 18 a 25 de novembro de 2022. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/20anosppgg/article/view/3927/3763>.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: ENCARNACIÓN, A. C (Org.). **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Junta de Andalucía/Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 1999. p. 16-33.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 37-86.

CRUZ, R. C. A. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 31, p. 95-104, 2012.

DE MASI, D. **A sociedade pós-industrial**. 2 ed. São Paulo: Senac São Paulo, 1999. p. 11-98.

ESTADO DE SÃO PAULO. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat. Base de dados. Disponível em: www.condephaat.sp.gov.br. Acessado diversas vezes entre 2022 e 2025.

FERREIRA, P. T. A. “**Nós vamos hackear o turismo!**” Entre roteiros, quebradas e resistências na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Turismo). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2022.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LIPOVETSKY, G. SERROY, J. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP – Tempo e Espaço**, São Paulo (SP), n. 17, p. 95-105, 2005.

MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, vol. 29, n. 57, p. 9-28, jan-abr, p. 9-28, 2016.

MARTINS, I. B. **A formação do Embu no período colonial: intersecção entre a ação evangelizadora dos jesuítas no âmbito da política colonial e as decorrências simbólicas e**

culturais do encontro de missionários e indígenas. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2007.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional do patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão.** Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

NORRA, P. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo (SP), n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia**. UFF, ano 7, n. 14, p. 43-58, 2006.

PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: da herança simbólica à reprodução de signos culturais. **GEOGRAFIA**. Rio Claro (SP), vol. 37, n. 2, mai./ago., p. 319-334, 2012.

PAES, M. T. D. As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. **GEOgraphia**. UFF, ano 17, n 33, p. 41-68, 2015.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **GEOUSP – Tempo e Espaço**, São Paulo (SP), vol. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PAES, M. T. D. Quando a geografia entra em cena – por uma abordagem geográfica do patrimônio cultural. In: PAES, M. T. D. SOUZA, J. A. X. (Orgs.). **Abordagens geográficas do patrimônio cultural**. Campinas: Amazônia Bookshelf, 2024. p. 25-68.

RODRIGUES, M. Políticas públicas e patrimônio cultural. In: CARVALHO, A. MENEGUELLO, C. (Orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 87-90.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 1 ed. São Paulo: 1996.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, ago./dez., p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society**. São Paulo: Sesc/WLRA, 2000. p. 31-37.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, A. B. **O aldeamento jesuítico de Mboy: administração temporal (séc. XVII-XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

SILVA, A. B. Do aldeamento de Mboy à formação do Museu de Arte Sacra de Embu das Artes (SP). **Estudos Avançados** (USP), São Paulo (SP), v. 35, n. 105, p. 263-278, 2021.

SMITH, L. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. UFRJ. v. 21, n. 2, 2021. p. 140-154.

SMITH, L. **Uses of heritage**. Routledge: London and New York, 2006.

SOTRATTI, M. A. A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, p. 303-323, 2016.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**. v. 2, n. 4, p. 1-17, 2019.

URRY, J. **The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies**. London/New York: Sage, 1990.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

ZUSMAN, P. SCIFONI, S. WINTER, C. P. CASTRO, H. Políticas de escala y ajustes del patrimonio: encuentros y desencuentros entre los procesos de preservación de paisajes y revitalización urbana. In: LENCIONI, S. ZUSMAN, P. (Orgs.). **Processos territoriais contemporâneos: Argentina e Brasil: ideias em circulação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 87-102.